



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

A REDE DE INTERVENÇÃO PRECOCE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REGIÃO DO ALENTEJO

Ana Maria Apolónio*, Vítor Franco** y Maria Cristina Miranda***

*Socióloga, ARS Alentejo - Portugal, amapolonio@gmail.com.

**Professor Universitário, Psicólogo Clínico, Universidade de Évora - Portugal, vfranco@uevora.pt.

***Médica Pediatra - ARS Alentejo - Portugal, intprecoco@arsalentejo.min-saude.pt

RESUMO

A região do Alentejo, compreendendo uma parte significativa do território português, tem vindo a implementar uma Rede de Intervenção Precoce no desenvolvimento infantil que é pioneira no país e assenta numa perspectiva de proximidade e articulação dos serviços em relação à comunidade local e às crianças com perturbações do desenvolvimento ou em situação de risco.

Na presente comunicação serão apresentados os dados e indicadores mais actuais sobre a cobertura e funcionamento da rede, bem como os apoios que presta.

Serão também analisados os aspectos mais inovadores de um projecto deste tipo e o impacto que tem tido nos diferentes sistemas e nas populações-alvo, bem como o reconhecimento que a rede tem obtido da comunidade e dos decisores nos diferentes domínios do desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Intervenção Precoce; crianças em risco; deficiência; rede; Alentejo.

ABSTRACT

The region of Alentejo, representing a significant part of the Portuguese territory, has implemented a network of Early Childhood Intervention in child development. This is a pioneer programme, based on a perspective of proximity services that work together to provide support to local communities and children with developmental disabilities or at risk.

This communication presents the current data concerning the population supported by this program and the services provided and analyses the most innovative aspects of such a project, as well as the impact produced on the different systems and target population. It will also address the public recognition accomplished, from the community and from the decision makers, in the various domains of child development.

Key words: Early Childhood Intervention; children at risk; handicap; network; Alentejo.

Conceptualização da Intervenção Precoce

A Intervenção Precoce no desenvolvimento infantil é uma medida de apoio integrado que visa desenvolver acções específicas de natureza preventiva e habilitativa no âmbito da educação, da saúde e da segurança social a crianças dos 0 aos 6 anos, com deficiência, atraso de desenvolvimento ou em risco grave de o adquirirem e suas famílias.



A REDE DE INTERVENÇÃO PRECOCE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REGIÃO DO ALENTEJO

Este apoio deve ser prestado nos contextos naturais de vida das crianças e envolver activamente os principais prestadores de cuidados, como potenciadores das suas capacidades desenvolvimentais, de forma a promover uma plena inclusão social.

O conceito de Intervenção Precoce, que tem sofrido alterações ao longo do tempo e de acordo com os paradigmas vigentes relativos ao apoio à infância e à deficiência, assenta actualmente em três pilares fundamentais.

O primeiro pilar baseia-se nos contributos das neurociências e nos avanços do conhecimento sobre o funcionamento do cérebro, nomeadamente sobre a plasticidade cerebral, entendida como a capacidade do cérebro para se remodelar em função das experiências vividas pelos sujeitos.

A maleabilidade e a rápida maturação do sistema nervoso central do recém-nascido permite actuar sobre possíveis lesões ou perturbações de forma a prevenir futuras sequelas, mas significa igualmente que, em situações de risco, os estímulos prejudiciais ao desenvolvimento têm um efeito maior do que em crianças com mais idade, devido à permeabilidade ainda existente. Este conhecimento leva a que se defina com uma **intervenção em tempo útil**.

Os conhecimentos trazidos pelos estudos sobre o desenvolvimento infantil realçam a importância dos primeiros tempos de vida para o estabelecimento das competências futuras, dando especial ênfase à relação mãe-bebé e à vinculação como base segura a partir da qual a criança explora o mundo e adquire competências desenvolvimentais. Os estudos nesta área demonstram igualmente as capacidades precoces das crianças para estabelecer relações e transacções fundamentais para o seu desenvolvimento, pelo que a intervenção deve ser **centrada na família**, na medida em que é ela o principal recurso na vida da criança e a ela cabe o principal papel de potenciadora do desenvolvimento infantil.

Finalmente, são igualmente importantes os contributos das perspectivas ecológicas e sistémicas que realçam a importância dos contextos de vida como contextos de desenvolvimento. O apoio prestado deve reforçar as **competências do meio como suporte** para a autonomia e inclusão social da criança.

Encontramos assim como objectivos da Intervenção Precoce a criação de condições facilitadoras do desenvolvimento infantil, que minimizem os problemas causados pela deficiência e previnam eventuais sequelas, o reforço das interacções e competências familiares e o envolvimento da comunidade no processo de intervenção, de forma a otimizar os recursos existentes e as redes de suporte social.

A INTERVENÇÃO PRECOCE EM PORTUGAL

A publicação do Despacho Conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro constituiu um marco fundamental na Intervenção Precoce no desenvolvimento infantil em Portugal. Antes desta legislação existiam já no país respostas de apoio, mais ou menos especializado, que se constituíam em vários locais. As décadas de 1960 e 1970 assistiram ao aparecimento de Centros especializados e Associações, surgidos da sociedade civil, que procuravam responder às necessidades de grupos específicos de crianças, independentemente da idade.

Mais tarde surgiram respostas mais direccionadas para a faixa etária até aos 6 anos e algumas reflectiam já o esforço de conjugação entre vários sectores, nomeadamente a saúde, a educação e a segurança social. Teve particular importância o Projecto de Águeda, que mais tarde inspirou o Projecto Integrado de Intervenção Precoce (PIIP) de Coimbra, o qual desempenhou um papel fundamental na elaboração da primeira legislação sobre Intervenção Precoce em Portugal, em 1999.

O Despacho Conjunto n.º 891/99 determinou a implementação de um sistema a nível nacional, com uma lógica de parceria entre os três Ministérios subscritores, o da Educação, da Saúde e do Trabalho e solidariedade, com o envolvimento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, legalmente definidas como entidades de suporte das Equipas de Intervenção Precoce, que asseguram o seu enquadramento jurídico através da celebração de Acordos de Cooperação com os vários Ministérios. A acção concertada de todos os parceiros sustenta e enquadra a constituição de equipas multidisciplinares, com



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

a função de apoio directo às crianças e famílias, nos seus contextos de vida e com o envolvimento das comunidades.

Este sistema organizativo conheceu sérias dificuldades de implementação a nível nacional, com excepção de algumas regiões que onde foi possível a criação da rede de equipas.

Depois de um moroso processo de revisão, surgiu uma nova legislação, o Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de Outubro, que cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e advoga a sua implementação no território nacional. Mantém, em linhas gerais, os princípios da anterior e reforça o papel dos serviços de saúde na detecção e encaminhamento precoce das crianças com perturbação de desenvolvimento ou em risco de atraso grave. Actualmente está em fase de regulamentação, pelo que a organização existente no terreno ainda reflecte as orientações da legislação anterior.

A ORGANIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PRECOCE NO ALENTEJO

O Alentejo tem uma superfície de 31.384 Km² e é a maior região do país, ocupando um terço do território nacional. Tem uma densidade populacional média de 24,3 hab/Km², a mais baixa de Portugal e consideravelmente mais baixa do que a média europeia. Caracteriza-se por um povoamento tendencialmente concentrado nas sedes de distrito, com franjas significativas de população rural em situação de isolamento geográfico e social, um elevado nível de envelhecimento e baixas taxas de escolarização.

Com a publicação do Despacho Conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro, teve início a organização dos serviços numa estrutura articulada com o envolvimento dos serviços regionais da Educação, da Saúde e da Segurança Social, bem como das Instituições Sociais, ligadas ao apoio à deficiência, que asseguravam já respostas nesta área na região.

A estrutura actual da Intervenção Precoce no Alentejo desenvolveu-se a partir de 2001 com a criação da Equipa Regional. Depois do levantamento inicial das necessidades e da constituição das Equipas de Coordenação Distrital de Beja, Évora e Portalegre, teve início a construção da rede, que integrou todas as respostas já existentes no terreno, de instituições ligadas à deficiência nos três distritos. Em 2002 existiam 15 Equipas que apoiavam 605 crianças.

Em 2002 e 2003, os distritos de Évora e Portalegre foram progressivamente cobertos por Equipas de Intervenção Directa organizadas segundo as regras legisladas, enquanto o distrito de Beja apresentou um ritmo de crescimento mais lento e assumiu um funcionamento intersectorial regular durante o ano de 2004. No final de 2008 todos os concelhos tinham uma equipa a funcionar, embora com diferentes graus de aprofundamento do trabalho.

Os concelhos do Litoral Alentejano só integraram esta estrutura em 2009, por questões de divisão administrativa dos serviços tutelares e, embora também tenham equipas constituídas, ainda subsiste alguma assimetria na distribuição dos recursos.

Esta rede assenta numa estrutura desconcentrada, com três níveis de organização geográfica: existe uma Equipa Regional, Equipas de Coordenação Distrital que asseguram as funções de gestão, acompanhamento e monitorização e Equipas de Intervenção Directa, de âmbito concelhio, que trabalham directamente com as crianças e famílias apoiadas, em articulação com os parceiros locais. A promoção das parcerias locais, através da constituição de equipas que em cada concelho integram os serviços e instituições da comunidade, não está prevista na legislação mas revelou-se fundamental para o sucesso do programa no Alentejo, promovendo uma resposta integrada às necessidades das famílias e uma rentabilização dos recursos existentes.

DADOS ACTUAIS

Actualmente os 47 concelhos do Alentejo estão cobertos pela rede de Equipas, num total de 42, existindo algumas situações em que uma Equipa de Intervenção Directa apoia mais do que um concelho.



A REDE DE INTERVENÇÃO PRECOCE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REGIÃO DO ALENTEJO

Como já foi referido, a sua constituição é multidisciplinar e engloba educadores de infância, psicólogos, técnicos de serviço social, terapeutas das várias áreas, médicos e enfermeiros pertencentes à rede de cuidados de saúde primários, num total de 293 profissionais, com diferentes cargas horárias, que variam entre as 35 e as 5 horas semanais. Há 29 Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou equiparadas que asseguram o enquadramento jurídico das equipas, através da celebração de Acordos de Cooperação com os serviços tutelares.

O número de crianças apoiadas em 2009 foi de 2 343, das quais cerca de 30% têm deficiência, tendo as restantes um quadro de atraso de desenvolvimento ou de situação de risco grave.

A grande maioria é apoiada nos contextos naturais de vida, com a articulação estreita com as respostas dos cuidados de saúde secundários ou centros especializados sempre que necessário.

ASPECTOS INOVADORES DO PROGRAMA

Este Programa regional apresenta aspectos inovadores que conduziram ao seu rápido sucesso, ao contrário das restantes regiões do país, onde a implementação não se concretizou. O reconhecimento de que as necessidades das crianças com perturbações de desenvolvimento só podem ser cabalmente avaliadas, interpretadas e respondidas no seio do seu contexto familiar e social implicou o desenvolvimento de ações de natureza comunitária, com o envolvimento de todos os recursos existentes localmente e disseminado em rede por toda a região. A procura de soluções de proximidade permitiu uma diminuição significativa dos custos de transporte, motivados pelas deslocações das crianças e famílias aos locais de apoio, quase sempre nas sedes de distritos, custos quase integralmente suportados pelo sistema de saúde. Permitiu ainda que os custos para as famílias, de ordem social e económica fossem amenizados pela presença dos profissionais nos contextos de vida. Actualmente há no terreno 38 viaturas, adquiridas pela Administração Regional de Saúde do Alentejo, com recursos a co-financiamentos comunitários, que permitem a deslocação dos técnicos aos locais de vida e a deslocação de crianças e famílias, em especial em situações de isolamento geográfico.

Isto foi concretizado através do reforço de uma lógica de parcerias.

A construção de parcerias sólidas nos vários patamares de decisão permitiu a criação das respostas adequadas às necessidades das crianças e famílias. Desde logo a nível regional, com o envolvimento da Administração Regional de Saúde do Alentejo, da Direcção Regional de Educação do Alentejo e dos vários Centros Distritais de Segurança Social. A articulação destes serviços permitiu a programação e monitorização das respostas, de forma a diminuir assimetrias e evitar sobreposições.

Foram estabelecidas parcerias, formais e informais, com o sistema de cuidados de saúde secundário, nomeadamente com os vários Hospitais, que garantem o encaminhamento e acompanhamento de crianças nas sub-especialidades pediátricas.

Foi também estimulada a articulação próxima com Instituições do Ensino Superior que, através de várias ações asseguram o suporte teórico e científico do programa. São exemplo disso as parcerias com as Escolas Superiores de Educação de Beja e Portalegre e muito especialmente com o Departamento de Psicologia da Universidade de Évora, que têm permitido a realização de várias actividades de formação e investigação.

A nível local, as Equipas de Parceiros, ou Equipas Concelhias promovem a conjugação de esforços dos vários serviços que asseguram a resposta às necessidades das famílias apoiadas.

Actualmente o programa conta com a colaboração de um total de 217 serviços envolvidos, nomeadamente autarquias, centros de saúde, agrupamentos de escolas, serviços locais de acção social, outras instituições de solidariedade social, forças de segurança, associações de bombeiros voluntários, comissões de protecção de crianças e jovens, associações de desenvolvimento local, entre outros. É de sublinhar o grande envolvimento das autarquias e dos serviços sociais dos três Ministérios, bem como das forças de segurança e bombeiros, que asseguram um apoio fundamental a algumas famílias, nomeadamente no transporte em situações de grande isolamento geográfico ou outras situações problemáticas.



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

Os serviços de saúde, especialmente os médicos de família desempenham um papel fundamental de sinalização das situações problemáticas e de encaminhamento precoce. O facto de muitas Equipas de Intervenção Precoce estarem sedeadas nos próprios centros de saúde facilita a articulação e a interligação entre os serviços.

Todo este funcionamento em rede aumenta a capacidade de criar respostas na comunidade para problemas complexos, que ultrapassam os domínios sectoriais da educação, da saúde ou da acção social, mas que necessitam de soluções integradas e abrangentes.

IMPACTO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE

Tal como já foi referido, a Intervenção Precoce no Alentejo baseia-se em três premissas fundamentais: a constituição multidisciplinar das equipas que permite o entrecruzamento de saberes e que se concretiza no papel do responsável de caso, o apoio prestado nos contextos naturais de vida das crianças, com o envolvimento e corresponsabilização da comunidade.

Os contributos teóricos apontam-nos alguns resultados esperados.

Ao nível do desenvolvimento infantil pretende otimizar a plasticidade cerebral e o potencial evolutivo da criança, reduzindo os efeitos secundários de doenças crónicas ou deficiências permanentes. Promove e reforça a vinculação como factores determinante do desenvolvimento, minimiza a influência negativa dos factores de risco e reforça e potencia as capacidades da criança para viver em sociedade.

Em relação à família, reforça os padrões adequados de interacção e as competências parentais, ajudando a diminuir o stress familiar provocado pela situação. Permite ainda potenciar as redes formais e informais de suporte social da família e pode ajudar a diminuir os factores de exclusão social.

Assume também um papel importante para a comunidade, na medida em que promove a articulação entre os serviços e aproxima-os da população-alvo, aumentando a sua qualidade e rentabilizando recursos. Em última análise, promove a inclusão social, porque os parceiros são parte integrante da resolução dos problemas.

Com o objectivo de avaliar o impacto efectivo que a Intervenção Precoce no Alentejo tem sobre os seus públicos-alvo, o Departamento de Psicologia da Universidade de Évora realizou uma investigação, co-financiada pela A.R.S. Alentejo e pelo Programa Comunitário “*porAlentejo*”, que permitiu conhecer esse impacto ao nível da crianças, das famílias e dos sistemas profissionais directamente envolvidos, nomeadamente os cuidados de saúde primários e os técnicos de educação.

De entre os resultados obtidos (Franco, V. & Apolónio, A., 2008) permitimo-nos salientar as suas conclusões gerais.

Houve um reforço efectivo do papel dos centros de saúde na detecção, sinalização e encaminhamento de casos e um aumento das capacidades dos profissionais ao nível da avaliação das perturbações do desenvolvimento.

A Intervenção Precoce constituiu-se como um importante elemento das redes sociais das famílias, sendo em muitos casos considerada o elemento mais importante.

Foi visível a divulgação e o reforço do trabalho centrado na família, numa perspectiva de funcionamento transdisciplinar. Os técnicos inquiridos identificaram um forte impacto na actividade dos sistemas e serviços e uma mudança nas práticas dos seus profissionais.

Por último, as famílias perceberam um impacto positivo no desenvolvimento das crianças e na capacidade de resposta às suas necessidades.

CONCLUSÃO

O Programa de Intervenção Precoce no Alentejo, ao fim de 8 anos de implementação, constituiu-se já como um exemplo de boas práticas a nível nacional, com características próprias que permitiram dotar a região de uma rede de respostas integradas e abrangentes, que responde às necessidades da sua população.



A REDE DE INTERVENÇÃO PRECOCE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REGIÃO DO ALENTEJO

O seu carácter inovador tem sido reconhecido, nacional e internacionalmente, nomeadamente com a atribuição de dois prémios.

Em Outubro de 2009, o Programa ganhou o 2.º Prémio de boas Práticas em Saúde no âmbito da sua participação no “Prémio de Boas Práticas sobre Equidade, Efectividade e Eficiência em Saúde”, atribuído pela APDH/HOPE&FIH, com o apoio da Novartis Oncology.

Em Janeiro de 2010 foi distinguido com o Prémio da Fundação dos Emirados Árabes Unidos para a Saúde, pela sua contribuição para o desenvolvimento da saúde em Portugal.

Estas distinções reforçam a importância do trabalho desenvolvido e do empenhamento necessário para reforçar os aspectos positivos e ultrapassar constrangimentos ainda existentes, de modo a permitir a disseminação deste modelo de funcionamento pelo país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de Outubro. DR 1.ª série – n.º 193 – 6.10.2009

Despacho Conjunto n.º 891/99. Orientações reguladoras da intervenção precoce para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias. Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade. DR 2.ª série - 19.10.1999.

Franco, V. & Apolónio, A., (2008). Avaliação do Impacto da Intervenção Precoce no Alentejo: criança, família e comunidade. Évora, ARS Alentejo.

Fecha de recepción: 25 de febrero 2010

Fecha de admisión: 19 de marzo 2010